COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 9.566, DE 2018

Apensado: PL nº 10.074/2018

Altera a Lei nº 8.069, de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

Autor: Deputado CAPITÃO AUGUSTO

Relator: Deputado MIGUEL LOMBARDI

I - RELATÓRIO

Através da proposição acima numerada, o nobre Deputado Capitão Augusto pretende proibir a venda do intitulado narguilé a menores de dezoito anos de idade, em locais públicos, impondo aos infratores da proibição sanções de natureza administrativa.

Alega, em síntese, que o uso do narguilé se tem difundido entre os jovens, inclusive com o uso nas cercanias das escolas. Tal fato deve ser combatido de todas as formas, por ser prejudicial à saúde, podendo causar câncer.

A este projeto foi apensado o de nº 10.074, de 2018, do Deputado Aureo, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para proibir a venda e a comercialização do narguilé e produtos fumígenos a crianças e adolescentes. Proíbe igualmente a utilização em locais públicos, abertos ou fechados, prevendo sanções administrativas.

A esta Comissão Seguridade Social e Família compete analisar o mérito das propostas (art. 24, II, do Regimento Interno).

No prazo, não foram oferecidas emendas.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Em muito boa hora vêm os Autores buscar coibir, em nível de legislação federal, uma prática que é por demais deletéria para a saúde física e mental de crianças e adolescentes.

O uso de produtos fumíferos por parte desses seres ainda em desenvolvimento traz consequências extremamente danosas, não somente à saúde deles, como também à própria sociedade.

Os custos para tratar as doenças causadas pelo tabaco e seus afins é altíssimo e onera sobremaneira os cofres públicos. Em razão disso, recursos que poderiam e deveriam ser utilizados em outras finalidades, para benefício da população, são canalizados para tratamento de cânceres oriundos de produtos fumíferos e outras doenças.

Narguilés podem ser adquiridos em lojas físicas especializadas ou pela internet, que disponibilizam a venda de carvão, tabaco e acessórios, sendo alguns anunciados como redutores da nocividade da fumaça como, por exemplo, os bocais com carvão ativado ou algodão ou ainda aditivos químicos para o recipiente de água e dispositivos para criar bolhas menores. Entretanto, não existem estudos que comprovem a redução da exposição do fumante às substâncias tóxicas ou dos riscos de doença, ou até morte, causados pelo tabaco utilizado nos narguilés.

Segundo a Organização Mundial de Saúde, o consumo do narguilé por 20 a 80 minutos equivale à exposição dos componentes tóxicos presentes na fumaça de 100 cigarros. A quantidade de monóxido de carbono no consumo de narguilé é muito maior que no uso do cigarro, já aquele, via de regra, não utiliza filtros.

O uso do narguilé deixa os seus usuários expostos a agentes tóxicos causadores de câncer de pulmão, bexiga e bucal, bem como doenças cardiovasculares e àquelas transmissíveis pela sua utilização compartilhada.

A industrialização de um tabaco aromatizado e adoçado (conhecido como maassel) proporcionou o conseqüente aumento da sua disponibilidade e das variedades ofertadas, tornando-o atraente para os jovens,

proporcionando a comercialização em massa e simplificando o uso do narguilé. Essa variedade de aromas e sabores diminui a possibilidade de que seus usuários fiquem impregnados com o odor do tabaco após o seu uso permitindo, inclusive, que adolescentes e jovens possam esconder de seus pais ou colegas a sua utilização.

Embora a proibição a que almejam os nobres Proponentes pudesse se considerar já inserida no art. 81, III, do Estatuto da Criança e do Adolescente (produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica ainda que por utilização indevida), acreditamos que, tornando mais específica a norma, a conduta será ainda mais destacada e combatida. Por isso mesmo, inserimos a norma na lei como art. 81A, conforme a proposição principal, não obstante a proposição apensada seja mais detalhada.

Pelos motivos elencados, ambas as propostas legislativas em tela merecem ser aprovadas, por convenientes e oportunas.

Sendo assim, o nosso voto é pela aprovação do PL nº 9.566, de 2018, e do PL nº 10.074, de 2018, na forma do Substitutivo oferecido.

Sala da Comissão, em de de 2019.

Deputado MIGUEL LOMBARDI
Relator

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 9.566, DE 2018, E AO PROJETO DE LEI Nº 10.074, DE 2018

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que “Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei proíbe a venda e a comercialização do narguilé e produtos fumíferos a crianças e adolescentes, em locais públicos, abertos ou fechados.

Art. 2º A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 81-A:

“Art. 81-A. É proibida a venda à criança ou ao adolescente, bem como o seu uso em locais públicos, abertos ou fechados, de narguilé, produtos fumíferos, cachimbo de água, as essências, o fumo, o tabaco, o carvão vegetal e as peças vendidas separadamente que compõem o aparelho, e qualquer acessório para a prática desse instrumento “

Art. 3º O art. 258-C da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 258-C. Descumprir as proibições estabelecidas nos incisos II e III do art. 81 e no art. 81-A:

Pena - multa de R\$ 3.000,00 (três mil reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

Medida Administrativa - interdição do estabelecimento comercial até o recolhimento da multa aplicada (NR). “

Art. 4º Os estabelecimentos que comercializarem os produtos a que se refere esta lei só poderão vender os itens para essa prática aos

consumidores que comprovarem sua maioria, por meio da apresentação de registro de identidade ou documento de identificação pessoal com foto.

Art. 5º O estabelecimento comercial ao qual esta lei se aplica deverá fixar em sua interior placa, escrita de forma clara e em local visível, quanto à proibição estabelecida no art. 81-A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Art. 6º Fica proibido o uso do narguilé em locais públicos, abertos ou fechados.

§ 1º Para os fins do disposto no *caput* deste artigo, entendem-se por locais públicos, além de praças, áreas de lazer, ginásios e espaços esportivos, escolas, bibliotecas, espaços de exposições e qualquer local onde houver concentração ou aglomeração de pessoas.

§ 2º Fica autorizado o uso do narguilé em tabacarias e congêneres com ambientes específicos para a prática, ficando vedada a permanência ou frequência de crianças e adolescentes.

Art. 7º Todos os produtos vinculados ao art. 81-A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, deverão trazer em seu rótulo ou embalagem informações sobre os malefícios do fumo do narguilé, com frases sucintas e esclarecedoras.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2019.

Deputado MIGUEL LOMBARDI
Relator